

SUSTENTABILIDADE: SOBRE O QUE ESTAMOS FALANDO?

SUSTAINABILITY: WHAT ARE WE TALKING ABOUT?

SOSTENIBILIDAD: ¿DE QUÉ ESTAMOS HABLANDO?

Romênia Oliveira de SOUZA¹

Resumo

Na língua portuguesa, coisas diferentes estão contempladas no conceito de desenvolvimento sustentável. A discussão sobre desenvolvimento, em si, há muito tempo, levanta questionamentos críticos sobre sua impossibilidade, dada a estrutura inerente ao capitalismo e às desigualdades que o sustentam. Com o qualificativo sustentável, o que deveria ser a solução para problemas provocados pela busca do desenvolvimento a qualquer custo, torna-se uma imensa contradição. A publicidade, os governos, as empresas se apropriam deste termo com a intenção de disseminar uma imagem pública de atores comprometidos com tal desenvolvimento. Contudo, não raras vezes, seus porta-vozes falam, por exemplo, em exploração sustentável da natureza, algo expressamente impossível. Se há exploração, não pode ser sustentável. Estes atores são conscientes disto. Escrever um artigo para esclarecer sobre o assunto é oportuno. E eu penso, principalmente, em estudantes, pesquisadores, atores sociais que, verdadeiramente, desconhecem as nuances e críticas existentes no debate corrente. Que se encontram confusos, como um dia eu estive quando comecei a estudar sobre o assunto. Após pesquisa bibliográfica, reuni seis modelos de desenvolvimento sustentável a partir de racionalidade econômica-teórica-instrumental-tecnológica, da economia ambiental neoliberal e da geopolítica do desenvolvimento, analisando-os criticamente: a sustentabilidade retórica; ao anterior, outro modelo com acréscimo de 'melhorias' culturais e neuroplástica; o neocapitalista; do capitalismo natural; a economia verde; e o ecosocialismo. Todos eles são contraditórios, embora bastante difundidos. Em contraposição, sob a chamada racionalidade ambiental, compilei as contribuições de seis cosmologias e de dois modelos de sustentabilidade, há muito praticados, embora não o sejam contemplados sob esta perspectiva: o zen budismo; o taoísmo; o confucionismo; as filosofias africanas (destaque para categoria ontológica do ubuntu); o sufismo; as filosofias do bem-viver; a bioeconomia e o ecodesenvolvimento; e a economia solidária. Seguindo Enrique Leff, utilizo apenas o substantivo sustentabilidade para diferenciá-lo de desenvolvimento sustentável, evidenciando o comprometimento com valores outros que não são contemplados pelo conceito economicista. E rompendo, sempre que possível, com as conotações negativas que o nome desenvolvimento traz consigo. Ao final, acredito ter elucidado e desmistificado o que é a tal sustentabilidade.

Palavras-chave: sustentabilidade; desenvolvimento sustentável; racionalidade econômica e instrumental; racionalidade ambiental.

Abstract

In Portuguese, different things are contemplated in the concept of sustainable development. The discussion about development raised critical questions about its impossibility, given the inherent structure of capitalism and the inequalities that sustain it. With the sustainable qualifier, which should be the solution to problems caused by the search for development at any cost, becomes an immense contradiction. Advertising, governments, companies appropriate this term with the intention of disseminating a public image of actors committed to such development. However, often, their spokespersons speak, for example, in sustainable exploration of nature, something expressly impossible. If there is exploitation, it cannot be sustainable. These actors are aware of this. Writing an article to clarify the subject is timely. And I think, mainly, of students, researchers, social actors who are truly unaware of the nuances and criticisms existing in the current debate. Who find themselves confused, as one day I was when I started studying on the subject. After bibliographical research, I gathered six models of sustainable development based on economic-theoretical-instrumental-technological rationality, neoliberal environmental economy and development geopolitics, critically analysing them: rhetorical sustainability; to the previous one, another model with the addition of cultural and neuroplastic 'improvements'; the neocapitalist; of natural capitalism; the green economy; and ecosocialism. All of them are contradictory, though quite widespread. In opposition, under the so-called environmental rationality, I compiled the contributions of six cosmologies and two models of sustainability, long practiced, although they are not contemplated from this perspective: Zen Buddhism; Taoism; Confucianism; African philosophies (highlight for ontological category of ubuntu); Sufism; the philosophies of well-being; bioeconomy and ecodesvelopment; and the solidarity economy. Following Enrique Leff, I use only the noun sustainability to differentiate it from sustainable development, evidencing the commitment to other values that are not contemplated by the economic concept. And breaking through, whenever possible, with the negative connotations that the name development brings with it. In the end, I believe I have elucidated and demystified what such sustainability is.

Keywords: sustainability; sustainable development; economic and instrumental rationality; environmental rationality.

Resumen

En portugués, se contemplan cosas diferentes en el concepto de desarrollo sostenible. La discusión sobre el desarrollo, en sí mismo, ha planteado durante mucho tiempo críticas sobre su imposibilidad, dada la estructura inherente del capitalismo y las desigualdades que lo sustentan. Con el calificativo sostenible, que debe ser la solución a los problemas causados por la búsqueda del desarrollo a toda costa, se convierte en una inmensa contradicción. Publicidad, gobiernos, empresas se apropian de este término con la intención de difundir una imagen pública de actores comprometidos con dicho desarrollo. Sin embargo, a menudo, sus portavoces hablan, por ejemplo, de la exploración sostenible de la naturaleza, algo expresamente imposible. Si hay explotación, no puede ser sostenible. Estos

¹ Mestra em Desenvolvimento regional sustentável (Universidade Federal do Ceará), especialista em Administração financeira e bacharela em Ciências Econômicas (Universidade Regional do Cariri). Pesquisadora do Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC-URCA) e do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS-UFCA).

actores son conscientes de ello. Escribir un artículo para aclarar el tema es oportuno. Y pienso, principalmente, en estudiantes, investigadores, actores sociales que realmente desconocen los matices y las críticas existentes en el debate actual. Que se encuentran confundidos, como un día lo estaba yo cuando empecé a estudiar sobre el tema. Después de la investigación bibliográfica, reuní seis modelos de desarrollo sostenible basados en la racionalidad económico-teórico-instrumental-tecnológica, la economía ambiental neoliberal y la geopolítica del desarrollo, analizándolos críticamente: sostenibilidad retórica; al anterior, otro modelo con la adición de 'mejoras' culturales y neuroplásticas; el neocapitalista; del capitalismo natural; la economía verde; y el eco socialismo. Todas ellas son contradictorias, aunque bastante extendidas. En oposición, bajo la llamada racionalidad ambiental, compilé las contribuciones de seis cosmologías y dos modelos de sostenibilidad, largamente practicados, aunque no se contemplan desde esta perspectiva: budismo zen; taoísmo; confucianismo; Filosofías africanas (atención para la categoría ontológica de ubuntu); Sufismo; las filosofías del buen vivir; bioeconomía y ecodesarrollo; y la economía solidaria. Siguiendo a Enrique Leff, utilizo sólo el sustantivo sostenibilidad para diferenciarla del desarrollo sostenible, evidenciando el compromiso con otros valores que no están contemplados por el concepto económico. Y abriendo paso, siempre que sea posible, con las connotaciones negativas que trae consigo el desarrollo del nombre. Al final, creo que he dilucidado y desmitificado lo que es esa sostenibilidad.

Palabras clave: sostenibilidad; el desarrollo sostenible; racionalidad económica e instrumental; racionalidad ambiental.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Atualmente, um grupo de palavras aparece nos discursos oficiais de governos, nas campanhas publicitárias de empresas, nas conversas de rua, nos livros e congressos científicos e na mídia, tratados indiscriminadamente, sem qualquer criticismo. Sustentabilidade é um destes vocábulos ambíguos. Para os 'negacionistas', é coisa de ambientalista, que abraça árvore e se preocupa apenas com a natureza, ignorando as condições de vida humana e a economia. Houve um tempo, já longínquo, em que eu, embora compreendendo sua importância e jamais tendo sido negacionista, nutria certo desdém sobre o assunto. Isto porque tive, primeiramente, contato com o conceito de desenvolvimento sustentável economicista, para o qual, há necessidade de as gerações atuais preservarem recursos para as futuras gerações.

Como eu não acreditava na empatia humana, indagava por qual motivo quem vive agora sem se importar com o meio ambiente, já sofrendo consequências de catástrofes não tão naturais assim, se importaria com o futuro, quando sequer estariam vivas para sentir os danos? Foi, apenas, ao ser educada dentro de paradigma não positivista durante a pós-graduação, que vislumbrei os 'outros modos' de perceber, de fazer ciências, de compreender a importância mental e prática de outros saberes não científicos para a vida. Nos termos de Boaventura de Sousa Santos (2010), quando entendi como e por que o pensamento moderno é abissal em sua capacidade de produzir inexistências e radicalizar distinções, tornei-me capaz de visualizar as diferenças, as contradições, as intenções por trás de cada conceito sobre desenvolvimento sustentável e sobre sustentabilidade.

Existem diversos modelos e cosmologias que, direta ou indiretamente, abordam o assunto. O que é realmente significativo é compreender qual a racionalidade por trás de cada definição, a qual fará toda a diferença para a utilização e defesa de algumas e não de outras significações, embora todas tenham limitações. Possibilitará, também, perceber manifestações sustentáveis mesmo naquilo designado por nomes outros que não o de sustentabilidade, ou por qualificações de sustentáveis. Tomo por racionalidade uma definição ampla que considera ser uma ação racional desde que seu propósito seja emitido num enunciado de tipo 'A tem boas razões (sejam elas crenças, ações, afetos ou emoções) para fazer B porque...'. Comportamentos tidos como estranhos, para um observador, são interpretados por ele como irracionais (BOUDON, *et al.*, 1990). Ou seja, a designação do que é racional e/ou irracional é muito particular. É qualitativa.

Cada racionalidade insere-se em distintas cosmologias (maneiras de enxergar 'nosso lugar

no mundo’, definindo fronteiras entre natureza e cultura, envolvendo religiões e ciências) e motivações pessoais (HERZFIELD, 2014). Leff (2009) destaca duas racionalidades opostas no debate sobre sustentabilidade: a econômica-instrumental e a ambiental, as quais serão problematizadas nas próximas seções, com suas respectivas variações. Alerto aos leitores para o fato de as citações às religiosidades ao longo do texto não conter pretensão de discussão filosófica ou religiosa, muito menos de endeusá-las; não ignoro os problemas que fundamentalismos religiosos trazem para as relações humanas. Valho-me do fato de que percepções, construção de pensamentos e ações são bastante influenciadas por elas; além dos conhecimentos disciplinares; e filosóficos. E que, neste momento, é importante ressaltar o que elas têm de melhor para contribuir com a tão desejada sustentabilidade planetária.

O objetivo do artigo é elucidar sobre ao que nos referimos quando usamos o termo sustentabilidade, ajudando aos leitores como um dia fui ajudada. A partir de pesquisa bibliográfica e tendo por fios condutores as separações dos distintos conceitos a partir das duas racionalidades antes referidas, descrevo modelos e cosmologias que possibilitarão evidenciar a diversidade de significações, argumentos, críticas e intenções por trás de cada um. Mais importante ainda é perceber o quão indesejável é criar tais modelos, principalmente com fins de controle e de política, haja vista nem todos os problemas serem quantificáveis, determinísticos e aplicáveis igualmente em todos os lugares e para todos os distintos grupos culturais.

Modelos são conjuntos de equações matemáticas compostas por variáveis dependentes e independentes (ou explanatórias), pressupondo relações exatas ou determinísticas entre suas variáveis. Para dar conta de eventuais distúrbios (variáveis inexatas ou aleatórias), incorpora-se aos modelos o termo de erro. Obedecem a leis tidas como universais; portanto, aplicáveis a quaisquer lugares e grupos culturais. A escolha de um e não de outro costuma responder a questionamentos tais, como ‘qual o propósito disto?; para que decisão contribuirá?; existem provas corroborando sua qualidade em relação aos modelos alternativos?’ (GUJARATI, 2006).

Na próxima seção, abordo seis modelos de desenvolvimento sustentável que se fundamentam na racionalidade econômica-instrumental. É nela que se encontram os mais contraditórios esquemas e, infelizmente, os mais difundidos. Noutra seção, sobre a racionalidade ambiental, disserto a respeito de seis cosmologias e de dois modelos (num sentido não positivista) defendidos por estudiosos da sustentabilidade. Aí, se encontram as visões alternativas, as ‘outras formas de viver, agir, produzir, etc.’ e que muita gente não consegue imaginar, alimentando uma forte descrença sobre a possibilidade de torná-la real. De todo modo, é a sustentabilidade algo frágil, que precisa de atenção plena e de cuidados contínuos. Uma questão de vida ou morte (BOFF, 2012).

RACIONALIDADE ECONÔMICA–TEÓRICA–INSTRUMENTAL–TECNOLÓGICA E SEUS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

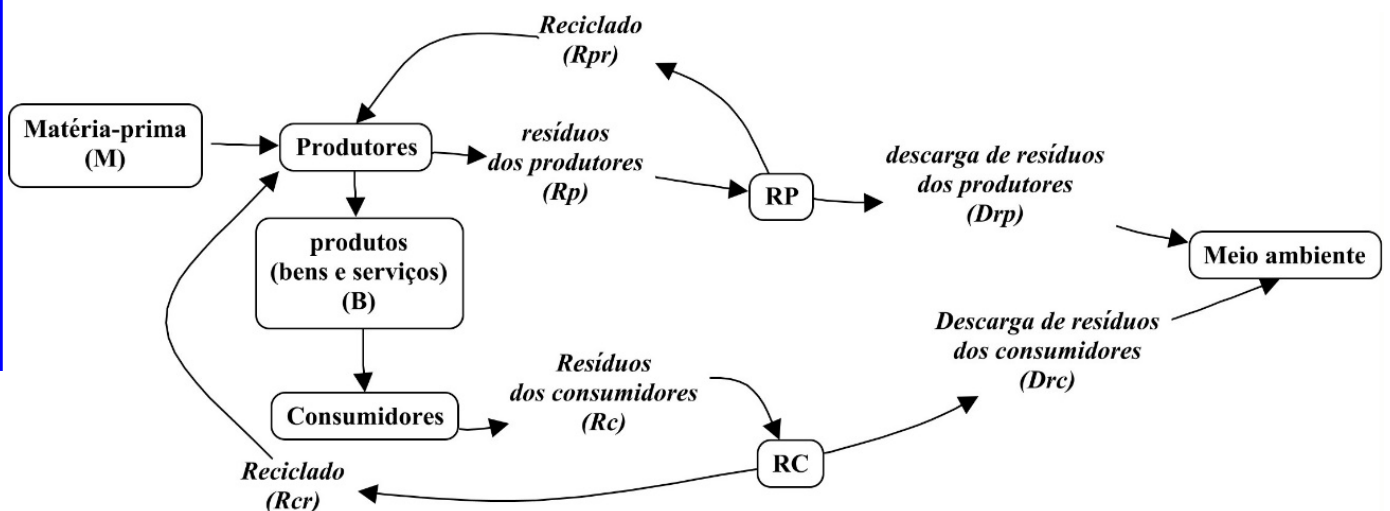
Esta racionalidade é demasiado estreita, admitindo ser racional uma ação objetivamente adequada, referente aos meios (instrumentos, tecnologias) escolhidos, para atingir determinados fins (estratégias), orientados por razões econômicas. Nesta forma de pensar e agir, importa o controle e domínio da natureza, de seres humanos e adquirir e manter poder sobre todas as formas de vida e

lugares. Assim, acaba por se contrapor à emancipação de sujeitos e invisibiliza saberes, conhecimentos, modos de vida, economias, direitos, hábitos e crenças que se opõem aos seus fins. Emergiu a partir da era Moderna, juntamente com o capitalismo e a ciência ocidental; com a crença ilimitada no progresso técnico, se mantendo até os dias atuais (BOUDON et al., 1990; LOPES e MACEDO, 2011; SANTOS, 2010; SACHS, 2009).

É a causadora da crise ambiental contemporânea e dos problemas sociais a ela conexos. Abrange diversos conceitos e modelos inscritos no discurso do chamado desenvolvimento sustentável/*desarrollo sostenible*, emanada da economia ambiental neoliberal. Dominante nos discursos da globalização econômico-ecológica presente em relatórios como o *Nosso futuro comum*, nos acordos da *Rio-92*, na *Agenda 21* e na geopolítica do desenvolvimento.

Esta economia ambiental questionável pode ser ilustrada pela figura 1, que mostra a relação entre crescimento econômico e meio ambiente, a partir do fluxo circular das atividades entre produtores e consumidores. Os ingressos nos fluxos são iguais às saídas e seguem uma lei química de conservação da matéria, a qual não pode ser criada nem destruída. Para manter o fluxo em equilíbrio, tudo o mais mantido constante, é preciso reduzir as quantidades ou de matéria-prima e energia consumidas, ou de produtos produzidos (hipóteses que levariam aos limites do crescimento), ou das descargas de produtores e de consumidores no meio ambiente (prevenção da poluição ou redução das fontes poluidoras), ou aumentando a quantidade de resíduos reciclados (MORAES, 2009).

FIGURA 1- ECONOMIA, FLUXO CIRCULAR E MEIO AMBIENTE



Fonte: Moraes, 2009.

No longo prazo, os fluxos de matérias-primas (M), de resíduos reciclados dos produtores (Rpr) e de resíduos dos consumidores reciclados (Rcr) devem ser iguais. Formalmente, esta relação é apresentada como $M = Rpr + Rcr$. Outra forma de escrever é $Rpr + Rcr = M = B + Rp - Rpr - Rcr$. Ou seja, a quantidade de matérias-primas utilizadas é igual aos bens e serviços (B) produzidos mais os resíduos resultantes da produção (Rp), menos todos os resíduos de produtores e de consumidores já reciclados (Rpr, Rcr). Esta última equação também representa as atitudes necessárias, citadas ao final do parágrafo anterior, para manter o fluxo em equilíbrio (MORAES, 2009).

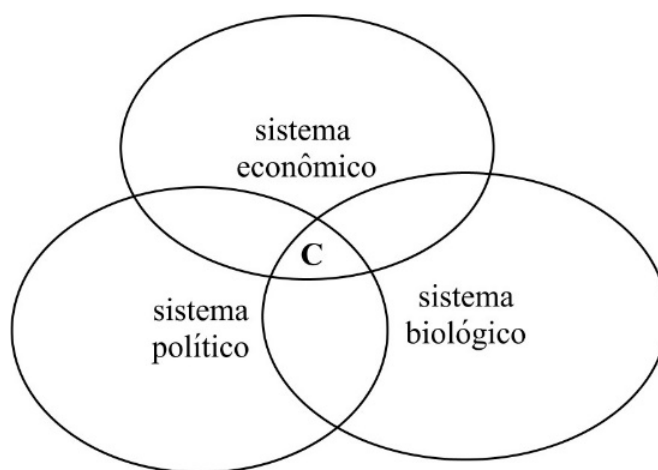
Seja a representação matemática, seja a da figura 1, a impressão é de uma relação simples, fluida, bem ordenada entre todas as variáveis envolvidas. Todavia, a história mostra que, mesmo no

longo prazo, o desenvolvimento sustentável é incompatível com o livre mercado e com o padrão de crescimento estabelecido.

[...] a eficiência smithiana raramente anda junto com a eficiência keynesiana, direcionada para a plena utilização do potencial de produção, e a eficiência schumpeteriana relativa à inovação tecnológica. Se agregarmos a estas três a ecoeficiência, a busca simultânea para uma quarta solicitação de extensiva regulamentação do mercado irá requerer algum tipo de intervenção e planejamento por parte do Estado. Ainda assim, a revolução ambiental coincidiu com a contra-revolução neoliberal e o ressurgimento do mito do *laissez-faire*. (SACHS, 2009, pp. 55 e 56).

E popularizou-se a noção de ser o desenvolvimento sustentável aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações satisfazerem às suas, baseando-se na combinação dos sistemas econômico, político e biológico. Na figura 2, a área C, na intersecção dos referidos sistemas, seria o contexto do desenvolvimento sustentado expresso por esta lógica econômico-ambiental neoliberal. Neste modelo, C ou é estável ou aumenta no tempo (MORAES, 2009). Vale ressaltar que o desenvolvimento é fenômeno de longo prazo.

FIGURA 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO



Fonte: Moraes, 2009.

Os bens e serviços produzidos (B) são uma combinação de recursos naturais (N) e artificiais (A) que resultarão em uma determinada quantidade de produtos (Q). Portanto, obedecem a uma função social de produção $Q = Q(N, A)$. Poderão ser consumidos imediatamente pelos consumidores finais (o chamado consumo, C) ou de forma intermediária pelas empresas (os insumos que, de agora em diante, serão designados por I de investimento). Com isto, $Q(N, A) = C + I$ ou $C = Q(N, A) - I$. Estará disponível para consumo aquela parte da produção que não foi utilizada enquanto matéria-prima pelos produtores.

Mas ainda há uma questão: quanto investir em bens naturais e quanto nos artificiais? A função $Q = Q(N, A)$ mostra duas variáveis independentes, de forma que podem variar sem afetar a outra. O cálculo da diferencial parcial da função em relação a cada variável mostrará a produtividade marginal de cada recurso. Em termos da teoria econômica neoclássica, $\frac{\partial Q}{\partial A}(A, N)$ indica a taxa que a produção aumentará devido elevações dos recursos artificiais, mantendo os naturais fixos. Igualmente, $\frac{\partial Q}{\partial N}(A, N)$ mostra o quanto a produção aumentará se mais recursos naturais forem utilizados, enquanto os artificiais são mantidos constantes (MORAES, 2009).

Uma função de produção bastante usada na análise econômica é a de Cobb-Douglas: $Q = kA^\alpha N^{1-\alpha}$, com k sendo uma constante positiva medindo a produtividade da variável em questão e α

sendo uma fração positiva. Considerando uma versão generalizada, $Q = kA^\alpha N^\beta$ com β sendo outra função igual ou não a $1 - \alpha$, diz-se que esta função é homogênea de grau $(\alpha + \beta)$. Tal afirmação fica perceptível quando, trocando A e N por dA e dN , o resultado da função de produção mudará para $k(dA)^\alpha (dN)^\beta = d^{\alpha + \beta} (kA^\alpha N^\beta) = d^{\alpha + \beta} Q$. Isto é, Q é função homogênea de grau $(\alpha + \beta)$ (CHIANG e WAINWRIGHT, 2006). Se $(\alpha + \beta) = 1$, haverá retornos constantes de escala. Se $(\alpha + \beta) > 1$, a empresa terá rendimentos crescentes. Se $(\alpha + \beta) < 1$, os retornos serão decrescentes (PINDYCK e RUBINFELD, 2002).

O expoente de cada variável indica a participação relativa deste insumo no produto total. Pode-se, também, interpretá-lo como a elasticidade parcial do produto em relação ao insumo em questão. Isto porque a participação dos recursos naturais equivale a expressão $\frac{Q/A}{Q/A} = \epsilon_{Q_A}$ e, analogamente, a expressão de participação de N é ϵ_{Q_N} (CHIANG e WAINWRIGHT, 2006). Elasticidade ou sensibilidade (ϵ_Q) é a variação percentual numa variável em decorrência de 1% de aumento na outra (PINDYCK e RUBINFELD, 2002). Para valores dados de recursos naturais, N , e artificiais, A , a grandeza da constante k afetará proporcionalmente o nível da produção Q e pode ser considerado parâmetro de eficiência indicativo do estado da tecnologia (CHIANG e WAINWRIGHT, 2006). A eficiência implica equilíbrio entre o custo marginal produtivo e o que se deseja pagar por ele. Logo, é conceito relativo e ainda mais problemático em se tratando de valores ambientais (MORAIS, 2009).

A orientação é que a escolha do quanto investir em cada recurso seja aquela na qual a taxa de retorno do investimento, r , é igual ao produto marginal do recurso. “Se a redução na utilização do recurso N aumentar seu preço, como pressupõem os economistas neoclássicos, haverá uma tendência da sua maior utilização até que as produtividades marginais dos dois recursos igualem as taxas de retorno r ” (MORAIS, 2009, p.26). Isto é, $\frac{\partial Q}{\partial N} = \frac{\partial Q}{\partial A} = r$, o que, teoricamente, aconteceria nos mercados em livre concorrência. No retorno destes investimentos, não são consideradas as falhas de mercado, as quais comportam externalidades negativas imensuráveis, tais como derramamento de petróleo no mar, poluição de rios pelo esgotamento sanitário ou pelo rompimento de barragens de mineração, queimadas, mortes e extinção de animais, poluição, guerras etc. Faz-se, então, necessário a interferência estatal mediante políticas ambientais (MORAIS, 2009).

Expostas as formalizações matemáticas, seguem seis modelos de desenvolvimento sustentável que, de uma forma ou de outra, são nelas baseadas.

1ª) *Sustentabilidade retórica*: modelo-padrão dos discursos oficiais e das ações empresariais. Para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto – nesta ordem de prioridades! (BOFF, 2012).

O ideal de Modernidade ocidental de geração de riqueza nos países colonizadores e centrais, e de desigualdades, pobreza e miséria nos colonizados e periféricos, se sustenta na produção e no consumo em massa, desconsiderando externalidades negativas. Isto é, a degradação da natureza e as desigualdades sociais não são computadas nos cálculos dos custos de produção. Logo, estão fora do fluxo circular da figura 1. O ser humano é visto como apartado da natureza, os recursos naturais são tidos como infinitos e a caminhada em direção a um futuro melhor é tida como linear e previsível. Outras críticas a este modelo referem-se ao fato de ser antropocêntrico, contraditório (desenvolvimento e sustentabilidade oferecem lógicas diferentes), é equivocado (alega ser a causa – a

pobreza é a principal causa da degradação ambiental – aquilo que é efeito) e o desenvolvimento industrial-capitalista não é socialmente justo (BOFF, 2012).

2º) Aos pressupostos anteriores, são acrescentadas ‘melhorias’ por considerar a gestão da mente sustentável; a generosidade; a cultura; a neuroplasticidade cerebral favorável à apreensão de novos comportamentos críticos, hábitos moderados, consumo solidário, consciente e respeitador. As melhorias não eliminam os pontos problemáticos citados no modelo anterior.

3º) *Modelo neocapitalista*: algumas regulações estatais são aceitáveis pelo fato de o mercado ser fonte permanente de tensões e desequilíbrios. Mas continua extraíndo insumos naturais e pervertendo desigualdades sociais (BOFF, 2012).

A designação neocapitalismo se refere ao capitalismo praticado nos países altamente industrializados que adotaram medidas visando o bem-estar social, principalmente nas socialdemocracias europeias. A formação de grandes blocos de poder – empresariais, estatais, sindicais e de consumidores – compensando e corrigindo desequilíbrios do sistema tornariam o capitalismo mais humanitário e preocupado em atender as diferentes demandas. Seus teóricos caracterizaram-no, diferentemente, a partir de aspectos tais como planejamento empresarial e estatal; difusão da propriedade; difusão de sociedades anônimas; intervencionismo estatal (SANDRONI, 2003).

4º) *Modelo do capitalismo natural*: busca aumento de produtividade da natureza (tratada como se fosse uma empresa fornecedora de matérias-primas), a partir da utilização eficiente do espaço e dos *inputs*; processos produtivos mais eficazes e sustentáveis imitam modelos biológicos; prega utilização de produtos biodegradáveis; inovações tecnológicas, monitoração permanente de recursos, reuso. Críticas: a natureza é mero doador de insumos para fins econômicos e receptáculo de seus dejetos (BOFF, 2012). Algumas de suas contribuições são aceitáveis, mas dentro de outra racionalidade.

5º) *Modelo da economia verde* (sustentabilidade fraca): apresentado oficialmente, em 2009, pelo secretário da Organização das Nações Unidas e pelo ex vice-presidente dos Estados Unidos, Ban Ki Moon e Al Gore, respectivamente. A economia verde se autoproclama uma via equilibrada de economia e ecologia. Os pobres e os pequenos agricultores seriam beneficiados pela disponibilidade de tecnologias modernas, sementes e crédito. A produção de baixo carbono é estimulada (energia solar e eólica, produtos orgânicos, criação de parques nacionais, reciclagem e ecoturismo) (BOFF, 2012).

Faz-se oportuna a contextualização da emergência deste modelo. Indústrias químicas que, na segunda guerra mundial, produziram produtos para matar pessoas, findados os combates, redirecionaram seus negócios para a agricultura. As plantas se tornaram viciadas nestes venenos a fim de eliminarem pragas e aumentarem suas produtividades. São os agrotóxicos, com o envenenamento dos lençóis freáticos, empobrecimento da biodiversidade e danos causados aos seres humanos (BOFF, 2012). A generalização da economia de uso intensivo de carbono impactou e impacta a elevação da temperatura global por causa da alta concentração de dióxido de carbono na atmosfera. É este tipo de economia que possibilitou e possibilita a elevação das rendas *per capita* e a expansão do

consumo energético *per capita*. Entretanto, nos países não desenvolvidos, a renda permanece baixa e o consumo de energia também (POCHMANN, 2010).

Para defensores da economia verde, o padrão do desenvolvimento vigente não comprometeria a sustentabilidade ambiental se houvesse trocas das fontes energéticas utilizadas: de origem mineral-fóssil (petróleo, carvão, gás natural) para as renováveis (lenha, biomassa, bagaço de cana-de-açúcar e outras citadas anteriormente) (POCHMANN, 2010). Esta é uma limitação imensa do modelo: a troca das fontes energéticas, de fato, é condição necessária, mas não suficiente para a sustentabilidade. O padrão de desenvolvimento é consideravelmente predatório, explorador, e modelado conforme valores culturais das principais potências econômicas. Além disto, a economia verde não explica como a produção se realizaria e não aborda processos de desigualdades (BOFF, 2012), os quais têm se acentuado nos últimos anos, como as muitas altas nos preços do gás de cozinha, no ano de 2021, no Brasil, que fazem a parte economicamente mais pobre da população utilizar o carvão durante o processo de cozimento, por exemplo.

A interpretação da forma de sustentabilidade fraca, aliás, é a de que é necessário transferir para as gerações futuras um estoque constante de capital. Ela é baseada no critério de substituição perfeita entre diferentes formas deste. Ou seja, deixando menos meio ambiente para as gerações futuras, deve-se compensá-las com mais estradas, máquinas, educação, ou outros recursos. Alternativamente, conservando a natureza, priva-as de menos recursos artificiais. A chamada sustentabilidade forte rejeita esta hipótese de substituição perfeita entre as distintas formas de capitais (MORAES, 2009).

Este é o apelo do capitalismo, no qual as mazelas são justificadas pelas promessas de criação de mais empregos, de crescimento que não pode parar sob o risco de eliminar o progresso. Um mercado bastante conhecido – o do crédito de carbono – cresceu nos últimos anos, e é uma versão internacional do negócio de permissões transacionáveis num sistema de compensação. A distribuição de permissões ou concessões para emitir gases de efeito estufa permite comercializar, via leilões, o direito de poluir (MORAES, 2009).

Basicamente, um país que polui pouco vende sua cota a outro que polui muito. Na prática, não haveria punições ao grande poluidor porque ele comprou o direito de outrem que não pode mais fazê-lo (não obstante, ele já se desfez de sua cota porque o fazia em pequenas quantidades). Mas os níveis de poluição e depredação não deixam de existir. E qualquer pessoa com o mínimo de conhecimento em ecologia sabe que todos os seres vivos pertencem a uma grande teia cósmica. Qualquer dano provocado em um lugar específico do Planeta terá consequências em todos os distintos ecossistemas.

6º) *Modelo do ecossocialismo*: visa produzir respeitando os ritmos da natureza e favorece uma economia mais humanística, fundada em valores não monetários (a justiça social, a equidade, o resgate da dignidade do trabalho, mudanças de critérios econômicos quantitativos para os qualitativos).

[...] ar puro, a água, o solo fértil, bem como o acesso universal a alimentos sem agrotóxicos e às fontes de energias renováveis, não poluidoras, pertencem aos direitos naturais e básicos de todo ser humano, no quadro de uma real democracia social na qual o povo conscientizado e organizado participa na tomada de decisões que interessam a todos (BOFF, 2012, p. 57).

Embora com viés mais respeitoso à natureza, e mais preocupado com o bem-estar social, ainda se situa dentro de um paradigma que não percebe a unidade ‘seres humanos-planeta Terra-Universo’, nem a vê como um superorganismo vivo. Também não possui uma base social forte que triunfe sobre o modo esbanjador e destruidor da produção industrialista e da cultura capitalística (BOFF, 2012).

RACIONALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

É substitutiva dos modelos de cientificidade econômica e dos padrões tecnológicos que sustentam a racionalidade dominante, e motivada por outros valores e direitos ambientais, processos econômicos, ecológicos, tecnológicos e culturais. Fundamenta-se nos potenciais ecológicos e da diversidade cultural, desconstruindo o pensamento metafísico e científico fundador da Modernidade ocidental (LEFF, 2009), ao tempo que visa à reconstrução de um mundo mais espiritualizado, afetivo, de relacionamento com o sagrado ou transcendental, permitindo

observar os resquícios de um mundo qualitativo, orgânico, limitado e perpassado pela sacralidade por baixo da visão quantitativa, do mecanicismo, da ideia de mundo extenso, ilimitado e dessacralizado imperante. Sem querer endeusar esse mundo resistente, ele nos parece fragilizado pela pouca consciência de si e enquanto potencial de alternativa ao paradigma dominante. (SOUZA, 2014, p. 74).

Para marcar diferença com o desenvolvimento sustentável das concepções precedentes e seguindo Enrique Leff que destaca existir na língua espanhola (mas não na portuguesa e na inglesa, por exemplo) diferentes vocábulos referentes aos conceitos das duas racionalidades citadas, empregarei apenas o termo Sustentabilidade quando a referência for a cultura ecológica e aos outros estilos de desenvolvimento pautados na racionalidade ambiental (LEFF, 2009). São ações para não decair e arruinar um ecossistema. Processos destinados a manter a vitalidade e a integridade planetária, a preservação dos elementos físicos, químicos e biológicos dos ecossistemas favoráveis a existência e reprodução de todas as formas de vida. Vale o princípio da prevenção e da precaução (BOFF, 2012).

Para sair das insustentabilidades vivenciadas contemporaneamente (guerras, violências, destruição dos ambientes naturais e construídos, poluição, segregações, intolerâncias e desrespeitos a todos os seres vivos, etc.), precisa-se de pensamentos diferentes daquele que nos trouxe a estas situações; de inteligência emocional, social e cordial a fim de perceber as interconexões entre todos os seres vivos, inspiradoras de mudanças e que despertem a imaginação para outras visões de mundo e para utopias possíveis. Não bastam ciência e técnica (BOFF, 2012). Entre tantas outras culturas milenares, esta visão há muito fundamenta suas cosmologias.

Uma compreensão, ainda que breve, da filosofia oriental se faz necessária. Esta é 100% antropocêntrica (gravita em torno do sujeito, ao ponto de se esquecer dos objetos), é puramente espiritual, subjetiva. Falha por ignorar a parte objetiva, externa, material da vida humana. A filosofia ocidental assume atitude exatamente contrária e igualmente falha. Para que exista harmonia orgânica, é preciso equilíbrio entre as partes espiritual e material. Ambas estão com uma parte da verdade; são complementares. E devem acrescentar o que lhes falta ao que têm (ROHDEN, 2008).

O homem ocidental está habituado a identificar a *Realidade* com os fatos, ao passo que para o oriental os fatos são simples reflexos fortuitos e secundários da Realidade, assim como os reflexos de um objeto não são esse objeto e este existiria sem aqueles. O ocidental considera o Universo pelo lado de fora, por suas manifestações externas, concretas, palpáveis, visíveis, ao passo que o oriental já nasce, por assim dizer, com a intuição interiorista, [...]. Para o ocidental, o mundo externo [...] é a própria Realidade [...]. Para admitir uma realidade além dos fenômenos objetivos, necessita o ocidental de um grande esforço de vontade que o leve às alturas da fé. Para o oriental, porém, nenhum ato de fé é necessário para admitir uma realidade invisível, que é, para ele, o objeto da intuição espiritual, e lhe dá plena certeza. [...] o visível é derivado do invisível, ao passo que para o ocidental o invisível (caso seja real) é efeito do visível. (ROHDEN, 2008, p. 21, *grifos do autor*).

Feitas estas ponderações, eis algumas contribuições para a elucidação do que é sustentabilidade.

1ª) O *Zen Budismo* se pauta nos conceitos filosóficos da inconstância, da instabilidade e da impermanência (SOUZA, 2014), os quais são importantes para contra argumentar a linearidade e a previsibilidade dos modelos tradicionais de desenvolvimento sustentável. São úteis para o entendimento de que a sustentabilidade não é algo que, se atingida, não corre riscos de retrocessos. “O momento não é apenas linear. É simultâneo e circular”. Há um *cossurgir* interdependente, simultâneo, entre todas as formas de vida (COEN, 2015, p. 132).

O zen é uma escolha entre viver apreciando a simplicidade da vida ou escolher o caminho da ignorância e da delusão (COEN *in* SUZUKI, 2017). O misticismo desafia a análise da lógica, o traço mais característico do pensamento ocidental. “O Oriente é sintético em seu método de raciocínio; ele não se preocupa tanto com a elaboração de detalhes, mas sim com uma compreensão ampla do todo, e isso intuitivamente” (SUZUKI, 2017, p. 17). Quaisquer ensinamentos vêm da mente de cada praticante. Por isso, é importante discipliná-la e compreendê-la profundamente, para torná-la livre e desobstruída (SUZUKI, 2017).

Estes comportamentos são importantes para um viver sustentável pela consciência adquirida do ‘aqui e agora’, dos condicionamentos impostos e do quão imperativo é não ser reativo. A percepção é aguçada, aprende-se a possibilidade de viver com simplicidade, tendo apenas o necessário. O Zen Budismo é comprometido com a contemplação, com o equilíbrio, com o despertar (OTSU, 2006). Em fazer o melhor possível, procurar a perfeição em si mesmo (isto é, em estar de acordo com a natureza e as estações e saber que cada um é especial e único) para conseguir a excelência, respeitando todas as formas de vida e buscando a inclusão (COEN, 2015). O Zen opta pela cultura de paz.

A cultura de paz é uma atitude presente em distintas tradições religiosas e filosóficas que, apesar das diferenças, pregam uma espiritualidade favorável às formas alternativas de entendimento do que seja qualidade de vida, com adoção de um estilo mais contemplativo, no qual haja alegria profunda sem a obsessão pelo consumo. A acumulação constante distrai e impede o devido apreço pelas coisas e pelo momento atual. Estar serenamente presente, em cada realidade, possibilita novas formas de compreensão e de realização pessoal. Com o regresso à simplicidade, saboreia-se as pequenas coisas oferecidas pela vida, sem apegos e tristezas pelo que não possui. Sobriedade é libertação. Com isto, reduz-se as necessidades insatisfeitas, diminui-se os cansaços e as ansiedades (FRANCISCO, 2015).

Ninguém pode amadurecer numa sobriedade feliz, se não estiver em paz consigo mesmo. E parte de uma adequada compreensão da espiritualidade consiste em alargar a nossa compreensão da paz, que é muito mais do que a ausência de guerra. A paz interior das pessoas tem muito a ver com o cuidado com a ecologia e com o bem comum, porque, autenticamente vivida, reflete-se num equilibrado estilo de vida aliado com a capacidade de admiração que leva à profundidade da vida. [...] (FRANCISCO, 2015, p. 129).

Muitas pessoas experimentam um desequilíbrio profundo, que as impele a fazer as coisas a toda a velocidade para se sentirem ocupadas, numa pressa constante que, por sua vez, as leva a atropelar tudo o que têm ao seu redor. Isso tem incidência no modo como se trata o ambiente. [...]. Falamos aqui duma atitude do coração, que vive tudo com serena atenção, que sabe manter-se plenamente presente diante de uma pessoa sem estar pensando no que virá depois [...] (FRANCISCO, 2015, pp. 129 e 130).

Quando um grupo de pessoas se intoxica com as próprias ideias e se recusa a ouvir outras opiniões, definitivamente não haverá bom resultado. Que saibamos encontrar o caminho do diálogo, dos acordos da reconciliação. Que saibamos ouvir para entender e não matar, cortar, dilacerar pessoas, relacionamentos, países, nem destruir as condições de vida humana na Terra (COEN, 2015, p. 132).

Há um *koan*² referente a como insultos tornam-se dádivas. Estudantes perguntaram ao seu mestre como ele suportava ofensas e indignidades, ao que ele respondeu: “se alguém vem para lhe dar um presente e você não o aceita, [...] para quem retorna este presente?”. A prática do zen treina a compreensão dos “condicionamentos e, ao invés de reagir, agir. Escolher nossa resposta. Para tanto, precisamos estar centradas, equilibradas, capazes de conhecer a nós mesmas e não nos intimidarmos com insultos e grosserias” (COEN, 2015, p. 33). Afinal, habilidade física sem controle mental não é nada.

A raiva amargura a vida de quem sente e não transforma a realidade. Por isso, é preciso vencer a si mesmo, aos próprios ódios e desejos de vingança, medos e fúrias. Escolhendo este caminho, tem-se uma vida de vitórias. Assumindo a própria responsabilidade pelos erros e falhas cometidos, há comprometimento com a mudança, com a autotransformação para, então, modificar o carma individual e o coletivo (via influências exercidas sobre outras pessoas). Cedo ou tarde, os efeitos cármicos positivos, neutros e negativos virão ao nosso encontro (COEN, 2015).

2ª) *Taoísmo*. Na antiga cosmologia chinesa, existe ‘algo’ profundo e misterioso regendo todos os fenômenos do Universo, com leis próprias, princípios, os quais não podem ser conhecidos, sondados, transcendendo a capacidade humana de compreensão. É uma intuição. A isto chamam Tao. Não existe sinônimo para este conceito no Ocidente. Muitos se arriscam a traduzi-lo literalmente como ‘o caminho’ pela neutralidade da palavra (OTSU, 2006). “O caminho não tem um mapa, não está cartografado, não é tal que você possa seguir alguém e encontrá-lo. O caminho não é como uma autoestrada; é mais como um pássaro voando no céu, sem deixar rastro...” (OSHO, 2014, p. 8). Não é uma religião organizada, mas sim uma religiosidade orgânica que respeita o indivíduo (e não a sociedade abstrata), o único (e não a multidão), a liberdade (e não a conformidade); é uma rebelião (Id., 2014).

Não se trata de viver sem se importar com outros seres vivos. E sim de respeitar a individualidade, de confiar em si, ser receptivo, amoroso e de se perceber extensão da natureza. De

2 Literalmente, proclamações públicas. Durante as práticas espirituais, são usados como facilitadores do rompimento de ideias da realidade e a própria realidade, ajudando os processos de libertação dos seres de suas próprias amarras (COEN, 2015).

aprender a relaxar e ficar à vontade consigo. Pois, a sociedade vê como perigoso aquele que confia em si, e tem uma estrutura baseada na criação de autômatos que seguem suas próprias regras. Na sociedade, há potencial de tirania e dependência. Ela diz que amor-próprio é narcisismo (OSHO, 2016). Mas como amar o próximo se não aprender primeiro a se amar e respeitar? A dimensão da afetividade começa com este auto respeito, que não é sinônimo de egoísmo, fundamental para uma cultura de paz.

Assim, o Taoísmo acredita na existência de um princípio ordenador da natureza incorporado pelos indivíduos, caso desejem existir harmoniosamente com o mundo. Politicamente, não impõe padrões comportamentais e nem uma moral convencional. Há quem diga que é uma espécie de anarquismo por não precisar de controle centralizado. E difere radicalmente das orientações em prol do desenvolvimento sustentável por não ser normativo, linear e previsível (SOUZA, 2014). Tudo que se faz começa com uma intenção e dá resultados. E por estarmos inseridos num ciclo virtuoso, neutro ou vicioso, haverá a seguinte dinâmica: “a *intenção* leva a uma *ação*, a *ação* cria um *hábito*, o *hábito* determina um *modo de vida* e o modo de vida gera um *carma*” (OTSU, 2006, p. 155, *grifos do autor*). Carma é conceito neutro, é consequência ou efeito e será bom ou ruim de acordo as intenções, ações, hábitos e modos de vida que o geraram.

Para o Taoísmo e o Zen Budismo, ser flexível significa não resistir às coisas naturais que nos acontecem, para evitar danos, a fim de aproveitar o movimento, sem resistências. Não-ação é postura ativa e consciente no sentido de voluntariamente tomar o fluxo dos acontecimentos e das forças em ação, quando estes estão além das capacidades efetivas de interferir. “A não-resistência [...] implica consciência, maturidade psicológica, entendimento lúcido da situação, percepção do momento adequado, segurança interior, flexibilidade, confiança e coragem” (OTSU, 2006, p. 87), atitudes desejáveis diante da vida cotidiana, inclusive em planejadores e tomadores de decisão que afetam o coletivo.

3ª) O *Confucionismo* (doutrina baseada no sistema filosófico de Confúcio), mesmo determinando qual seja a conduta adequada, tem preocupações éticas, políticas e afetivas por todas as coisas vivas. Como o Taoísmo, utiliza-se dos conceitos de *Yin* (princípio da feminilidade, sutileza, sofisticação, síntese de tese superior, a psique, a introspecção, a alma, o religioso, a noite) e *Yang* (o masculino, a exterioridade e extroversão, o corpo físico, a ambição, a agressão, o desejo, a projeção, o político, o dia). Representam duas forças opostas, complementares e relativas, permanentemente em conflito, levando à contradição perpétua e à mudança (MATTAR, 2010 *apud* SOUZA, 2014).

A ciência vem da energia masculina do Sol, ativa, conquistadora e dominadora, tão desenvolvida no Ocidente. As filosofias orientais se pautaram mais em energia feminina da Lua, passiva, silenciosa, fluida, que não tenta conquistar. Desta energia, nasceu a poesia, a arte, a pintura, a dança, a música. *Yin* e *yang* estão contidos um no outro, e, quando em equilíbrio, formam o Tao (cujo símbolo é $\opl�$). “Até agora, nenhuma sociedade evoluiu a ponto de poder ser chamada de [...] Tao, [...] O Tao é o objetivo, ou seja, criar um ser humano que seja inteiramente integrado, totalmente integrado, e também criar uma sociedade humana que seja totalmente integrada” (OSHO, 2014, p. 21). O Tao é complementaridade, é substituição do ‘ou isto, ou aquilo’ pelo ‘isto e aquilo’, pois tudo é relativo (OTSU, 2006).

4ª) As *filosofias africanas* têm como temas as concepções cosmológicas superadoras de dualismos ocidentais, tais como natural-supernatural, corpo-espírito; têm ideias políticas e ética comunitaristas (SOUZA, 2014). O *ubuntu* é categoria ontológica e epistêmica dos grupos falantes de línguas Banto. Aporta-se na busca de compreensão do cosmos, pela constante harmonia. O que é importante, haja vista a política, a religião e o direito destes povos assentarem-se na experiência e no conceito da harmonia cósmica (RAMOSE, 1999 *apud* RAMOSE, 2010).

Procuram fortalecer vínculos de solidariedade, partilha e cuidado mútuo, principalmente diante da devastadora globalização econômica contemporânea que os ataca constantemente. A crítica *ubuntu* é ao individualismo egoísta que leva à atitudes e escolhas nas quais o bem-estar pessoal acontece às custas do mal-estar alheio, da exploração e dos abusos, cuja sobrevivência está autorizada, mesmo diante da morte de outros seres, literal e metaforicamente. A competição excessiva gera efeitos adversos, distorcendo o funcionamento estrutural da própria economia, com seus problemas sociais já conhecidos.

A metafísica *ubuntu* discorda dos dogmas de competição contemporânea porque se baseia (inclusive nas relações econômicas) em dois aforismos: primeiro, “ser humano é afirmar a humanidade própria através do reconhecimento da humanidade dos outros e, sobre tal embasamento, estabelecer relações humanas respeitadas com eles”; segundo, “quando uma pessoa enfrenta uma escolha decisiva entre a riqueza e a preservação da vida de outro ser humano, ela deve optar pela preservação da vida” (RAMOSE, 2010, pp. 212 e 213). Enquanto a filosofia ocidental de direitos humanos tem uma ideia de humanidade fragmentada, sobre a qual os direitos são agregados na base da contingência; para a concepção africana, o ser humano é uma totalidade e seus direitos são assegurados enquanto tais (*Ibid.*).

5ª) O *Sufismo* é um movimento filosófico islâmico e esotérico que busca a verdade estabelecendo relação direta com ‘Deus’ através da meditação, do ascetismo, da música e da dança (SOUZA, 2014). Enfatiza a experiência mística interior. Uma das ordens sufis indianas mais importantes é a *chishti*, na qual as ênfases recaem sobre a piedade, a simplicidade, a devoção ao divino, e não sobre o poder e a riqueza. Prega a importância do trabalho social, do sustento material dos pobres e a orientação espiritual dos iniciados, sem que haja distinção entre o que ama e o que é amado. “Um sufi reconhece a divindade em outra pessoa através do coração, não no compartilhar de doutrinas racionalmente coerentes. O coração é a porta de entrada para a aceitação de pessoas de outras tradições religiosas no seio das comunidades sufis”, pois é nele que acontece o verdadeiro diálogo. A maior adoração ao sagrado está no ato de ajudar e alimentar os fracos e os famintos, viver com alegria e amor (SANTOS, 2013, p. 86).

O sufismo buscou uma conciliação, na Índia, entre o islã e o hinduísmo através de uma linguagem mística comum. O diálogo estabelecido revela tolerância e abertura entre as tradições, opondo-se ao fundamentalismo (isto é, a ideias sectárias e inflexíveis sobre algum tema). As tradições não perderam suas identidades e diferenças; ao contrário, enriqueceram seus repertórios de forma autêntica e coexistiram na pluralidade. Daí, emergem questões importantes: a ação de um sujeito é mais importante do que a sua crença; a realização de desejos físicos e biológicos deve estar de acordo com princípios éticos e com a ordem cósmica; a unidade do ser e a não violência proporcionam

ambientes espirituais de acolhimento das diferenças, possibilitando paz, amor, respeito, diálogo, pluralismo (SANTOS, 2013).

6ª) A sabedoria *aymara*, de povos andinos, resume o sentido de bem-viver/*buen vivir* em treze valores: “comer alimentos sãos, saber beber e dançar (relação cósmico-telúrica), saber dormir e trabalhar (no sentido de auto realização), saber meditar e pensar, saber amar e ser amado, saber escutar e falar bem, e saber sonhar, caminhar, dar e receber” (MAMMANI, 2010 *apud* BOFF, 2012 *in* SOUZA, 2014, p. 31). Mas é importante destacar que a *filosofia do bem-viver* não é uma síntese monocultural; ela inclui várias propostas além da latino-americana, tais como as contribuições humanistas do *swadeshi* de Gandhi e ecofeministas de Vandana Shiva (ACOSTA, 2012).

O *swadeshi* (autossuficiência) é um princípio que defende a cooperação como base dos sistemas econômico e político. Grupos limitados de pessoas cooperando íntima e construtivamente entre si, melhorariam a vida coletiva por causa do uso sustentável do entorno imediato. A convivência é baseada na não-violência, sem explorações dos seres vivos (LÓPEZ AREU, 2019). O ecofeminismo fala em reconhecimento da existência de confluência do poder, da cobiça, do mercado, do capitalismo e da violência (o que Boaventura de Sousa Santos chama de linhas abissais); e do poder das mulheres e da natureza, sendo esta última a base de toda a vida, enquanto a humanidade é apenas parte dela. Tais reconhecimentos são importantes para evidenciar os óbices às mudanças de comportamentos e paradigmas, e para unir e fortalecer grupos em busca da construção de novos direitos e deveres, a fim de vencer as lutas que lhes seguem nesta empreitada. Há uma raiz comum entre a destruição da natureza e a degradação de mulheres, sendo ela o patriarcado econômico, político e social ao nível global (FOLTER, 2020).

A filosofia do bem-viver não ignora as batalhas e os sonhos dos povos tidos como subdesenvolvidos e marginalizados. Ela é descolonizadora, despatriarcalizadora, com raízes comunitárias não capitalistas. No contexto de discussões pós-abissais clama-se por gerar ‘alternativas ao desenvolvimento’ ao invés de ‘desenvolvimentos alternativos’. Um ensejo para construção coletiva de novos estilos de viver forjados no calor das lutas humanas pela emancipação e pela vida. “Questionam a ética do ‘viver melhor’ na medida em que [estas] supõem um progresso ilimitado que nos convida a uma competição permanente entre os seres humanos” (ACOSTA, 2012, p. 201).

Por isto, começa-se recuperando a cosmovisão das comunidades autóctones, sem negar uma modernização própria da sociedade e incorporando avanços tecnológicos condizentes com esta filosofia, sem prejudicar os direitos da natureza (e, por consequência, dos demais seres vivos). Daí a importância do diálogo permanente e construtivo entre saberes e conhecimentos ancestrais com as melhorias do pensamento científico, descolonizando a sociedade. Supõe visão holística e integradora da humanidade e comunhão com a *Pachamama*, e as energias do universo (ACOSTA, 2012).

7ª) *Modelo da Bioeconomia* (Nicholas Georgescu Roegen) e do *Ecodesenvolvimento* (Ignacy Sachs).

Roegen (1906-1994) chamava atenção para a insustentabilidade do desenvolvimento devido aos limites dos recursos terrestres e falava em decrescimento econômico para a sustentabilidade ambiental e a equidade social. Ou seja, em reduzir o crescimento quantitativo e priorizar o qualitativo, preservando recursos para as futuras gerações (BOFF, 2012). O decrescimento

tem como principal meta abandonar o crescimento ilimitado, movido pela busca de lucros, cujas consequências são desastrosas para o meio ambiente e a humanidade. Não se trata de crescimento negativo (retração econômica). Mas de ação produtiva que antes de pensar em acumular por acumular, compreenda os riscos de destruir o único planeta propício as formas de vida aqui existentes e que coloque este valor como prioridade na tomada de decisões (LATOUCHE, 2009).

“É possível que uma política de decrescimento se traduza paradoxalmente no nível macroeconômico por um aumento da produção devido à demanda direcionada de produtos e de equipamentos ecológicos e de todas as profissões necessárias” (LATOUCHE, 2009, p. 113), além do desenvolvimento de energias renováveis e do comprometimento com um tempo pessoal, qualitativo, lento. Como crescimento e desenvolvimento são sinônimos de acumulação de capital e desenvolvimento do capitalismo, o decrescimento é redução de acumulação desenfreada e inconsequente, de exploração e depredação. É questionamento de conceitos para inverter a lógica dos processos destrutivos. Um programa político revolucionário, anticapitalista e antiutilitarista, com profundo respeito aos seres vivos e ao Planeta (LATOUCHE, 2009). A bioeconomia aparece como um subsistema do sistema natural limitado e objeto permanente de cuidado dos seres humanos. A economia deve acompanhar e atender os ritmos de preservação e regeneração da natureza.

Modelo semelhante foi desenvolvido por Sachs, o ecodesenvolvimento, cujas análises combinam economia, ecologia, democracia, justiça social e inclusão. O conceito de sustentabilidade possível é gestado dentro dos constrangimentos impostos pelo modo de produção industrialista, consumista, individualista-egoísta, predador e poluidor (BOFF, 2012). É essencial e possível transformar a percepção coletiva para o aproveitamento sustentável de recursos renováveis, como o fizeram antigas civilizações baseadas na biomassa. E esta modificação só é possível com a transformação paradigmática, não mais centrada em racionalidade econômico-instrumental; e sim naquilo que Edgar Morin chama de ecologização do pensamento, com a expansão do horizonte temporal em termos de décadas para séculos e milênios. Observando como nossas ações localizadas afetam espaços distantes. E tendo ética solidária sincrônica e diacrônica, a fim de preservar as vidas atuais e futuras (SACHS, 2009).

Retomando a questão da biomassa, seja ela terrestre ou aquática, pode ser fonte de alimento (inclusive na produção de ração animal), de suprimentos, de combustível e de fertilizantes. As quais precisam de biotecnologias para aumentar a produtividade da cadeia produtiva e expandir o leque de produtos que dela derivem. Disponibilizar tais tecnologias para pequenos produtores exige políticas estatais de acesso à terra, ao conhecimento e a educação, ao crédito e ao mercado. Importa que governos atuem como agentes estimuladores da substituição da energia fóssil pelos biocombustíveis.

A biodiversidade envolve os ecossistemas com todas as suas espécies, paisagens e diversidade cultural, entrelaçados no processo histórico de co-evolução. Por isto, Sachs menciona aspectos de sustentabilidade que não são considerados separadamente. Esta divisão é apenas um critério teórico-metodológico. São eles, os de sustentabilidade social; cultural; ecológica; ambiental; territorial; econômica; política.

A sustentabilidade social refere o alcance de distribuição mais justa de rendimentos, oferta

de emprego íntegro garantidor de qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais. O critério cultural diz respeito à tradição e a inovação e autonomia na elaboração de projetos nacionais, regionais e/ou locais, em clara oposição aos modelos exógenos. Os critérios de sustentabilidade ecológica e ambiental gravitam em torno da preservação da natureza e do respeito ao seu tempo de regeneração, limitando uso de recursos não renováveis e respeitando a capacidade de autodepuração dos ecossistemas (SACHS, 2009).

O aspecto territorial tem objetivo de eliminar inclinações urbanas, em detrimento de áreas rurais, na alocação de investimentos públicos; a melhoria do ambiente urbano; a superação de disparidades inter-regionais; a adoção de estratégias de desenvolvimento seguras para áreas frágeis. Enquanto o aspecto econômico almeja desenvolvimento intersetorial equilibrado; segurança alimentar; modernização produtiva; autonomia nas pesquisas científicas; e inserção soberana na economia internacional. A sustentabilidade política implica democracia, Estado com projeto nacional; coesão social; garantia de paz e cooperação internacional; controle institucional do sistema financeiro e de negócios; gestão ambiental e de recursos naturais responsável; proteção da diversidade biológica, do patrimônio (SACHS, 2009).

8º) *Economia solidária*: é uma economia movida pelos ideais éticos de preservação de todo tipo de vida e de criação das condições para o bem-viver.

Neste tipo de economia, o centro fulcral é ocupado pelo ser humano e não pelo capital, pelo trabalho como ação criadora e não como mercadoria paga pelo salário, pela solidariedade e não pela competição, pela autogestão democrática e não pela centralização de poder dos patrões, pela melhoria da qualidade de vida e do trabalho e não pela maximização do lucro, pelo desenvolvimento local em primeiro lugar e, em seguida, o global (BOFF, 2012, p. 60).

A economia solidária e popular tem um programa fundamentado “na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (SINGER, 2002, p. 112). É preciso ter em mente que uma das principais diferenças entre o capitalismo e a economia solidária é que, enquanto aquele é baseado na propriedade individual do capital e na liberdade individual; esta é pensada em termos de propriedade coletiva ou associada do capital e na liberdade individual. Daí nascem “a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução [...] exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda” (SINGER, 2002, p. 10). A consideração dos potenciais locais é importante; todavia, não se pode superestimar seu poder em razão de existir, simultaneamente, forças e interesses hegemônicos condicionadores das atitudes responsivas da economia popular.

NOTAS FINAIS

Em 2015, o Papa Francisco publicou uma Carta Encíclica intitulada *Laudato Si'/Louvado sejas. Sobre o cuidado da casa comum*. Citou a preocupação de São Francisco de Assis com os pobres e com os animais; escreveu sobre o evangelho da criação e esmiuçou a complexa crise planetária atual. Destacou a participação humana na crise ecológica (a globalização do paradigma tecnocrático, o antropocentrismo moderno). E clamou por uma ecologia integral: ambiental, econômica e social; cultural; da vida cotidiana; do bem-comum; de justiça inter geracional. Assim como sobre a importância do diálogo em prol do meio ambiente na política internacional, nacional e local; da

transparência nos processos decisórios; de diálogo entre política e economia para a plenitude humana; e das religiões com as ciências. Finalizou a Encíclica com um capítulo intitulado 'Educação e espiritualidade ecológica', no qual ressaltou a importância de educar para outro estilo de vida, para aliar humanidade e ambiente, para a conversão ecológica, a alegria e a paz, para o amor cívico e político (FRANCISCO, 2015).

Por que estou finalizando este artigo com esta referência? Porque o Papa deu-nos uma importante lição: as religiões, além de construtoras de um pensamento e de atitudes amplamente aceitas pelos seus crentes, podem ser aliadas no processo de mudança paradigmática necessária a criação de uma nova civilização sustentável. Ele usou a linguagem própria do cristianismo (conhecimento religioso) para situar a crise planetária (valendo-se de ciências), de modo a tornar didático para seus leitores a problemática vivenciada e o que é necessário para sairmos dela. Clamou por diálogos entre as religiões e as ciências e atitudes práticas, unindo energias para uma causa comum.

Aqui, procurei fazer o mesmo ao mostrar o quão diverso são os conceitos de desenvolvimento sustentável e, principalmente, de sustentabilidade. Neste último, as cosmologias e os modelos têm mais vantagens com relação aos primeiros por serem multidimensionais em suas contribuições, holísticos e praticados por muitas pessoas, refutando o argumento de serem utopias irrealizável. Um olhar atento captará o fato de ela se apresentar em pequenas e grandes atitudes cotidianas, com diferentes possibilidades. A sustentabilidade deve ser procurada nestas ações habituais, nos modos de ser e de viver, no ser humano, nas demais formas de vida, nas ciências, nas religiões, nas filosofias... Diálogo, aprendizado constante e contínuo, respeito mútuo, consciência de si e do entorno.

Não há sustentabilidade plena, sem resto. Toda ela é vulnerável porque está submetida ao princípio da incompletude que marca todos os seres e o inteiro universo. Ela é, por natureza, vulnerável e está submetida ao princípio cósmico do caos. Mas, no que estiver sob nossa responsabilidade, cabe construí-la, no tempo que nos toca viver, para que nos garanta a sobrevivência e a proteção de nossa Casa Comum, a Terra (BOFF, 2012, pp. 94 e 95).

Desmistificar as noções que afastam atitudes sustentáveis da pessoa que cada um é, é o primeiro passo. Pois alguns livros, programas políticos, talvez inconscientemente, colocam-nas longe demais das nossas mãos. De fato, o momento presente é tão insustentável que parece não haver horizonte possível. Mas as sementes já estão aqui, no agora, desde há muito, muito tempo, resistindo resiliente e bravamente. É hora de confiar em sonhos possíveis, de mudar para ver acontecer. De aprender a vê-la e senti-la em tudo e em todos. Assim, os padrões de pensamento e de ação serão transformados, com mais confiança e entusiasmo para uma vida melhor.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. *O Buen Vivir: Uma oportunidade de imaginar outro mundo*. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **Um campeão visto de perto: Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Série Democracia. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2012.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

BOUDON, Raymond; BESNARD, Philippe; CHERKAoui, Mohamed; LÉCUYER, Bernard-Pierre.

Dicionário de sociologia. Trad. de António J. Pinto Ribeiro. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

CHIANG, Alpha C.; WAINWRIGHT, Kevin. **Matemática para economistas.** Trad. de *Fundamental methods of mathematical economics* de Arlete Simille Marques. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 6ª reimpressão.

COEN, Monja. **108 contos e parábolas orientais.** São Paulo: Planeta, 2015.

FOLTER, Regiane. Ecofeminismo: você sabe o que é? In: **Politize!** Publicado em 23/01/2020. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/o-que-e-ecofeminismo/> > Acesso em 19/07/2021.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum.** Documentos do magistério. São Paulo: Paulos Editora; Loyola Jesuítas, 2015.

GUJARATI, Damodar. **Econometria básica.** Trad. de *Basic econometrics, 4th ed*, de Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 – 4ª reimpressão.

HERZFELD, Michael. **Antropologia: prática teórica na cultura e na sociedade.** Trad. de Noéli Correia de Melo Sobrinho de *Anthropology: theoretical practice in culture and society*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno.** Trad. de Claudia Berliner de *Petit traité de la décroissance sereine*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura.** A territorialização da racionalidade ambiental. Trad. de Jorge E. Silva de *Ecología y capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LÓPEZ AREU, Mario. Gandhi, 150 anos depois. “Minha vida é minha mensagem”. Artigo originalmente publicado por *El Diario*, 25/07/2019 e traduzido pelo Cepat. In: **Revista IHU on-line.** Disponível em: < Gandhi, 150 anos depois. "Minha vida é minha mensagem" - Instituto Humanitas Unisinos - IHU > Acesso em: 16/07/2021.

MORAES, Orozimbo José de. **Economia ambiental.** Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Centauro, 2009.

OSHO. **Confiança: a arte de se entregar à vida e confiar em si mesmo.** Trad. de Denise de Carvalho Rocha de *Trust – living your life spontaneously and open*. São Paulo: Cultrix, 2016.

OSHO. **Tao: sua história e seus ensinamentos.** Trad. de Leonardo Freire de *Tao: its history and teachings*. São Paulo: Cultrix, 2014.

OTSU, Roberto. **A sabedoria da natureza.** Taoísmo, I Ching, Zen e os ensinamentos essênios. São Paulo: Ágora, 2006.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia.** 5ª ed. Trad. de *Microeconomics – fifth editions* de Eleutério Prado. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

POCHMANN, Marcio. Desenvolvimento sustentável na transição da sociedade urbano-industrial. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **Brasil, novas oportunidades: economia verde, pré-sal, carro elétrico, Copa e Olimpíadas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

ROHDEN, Huberto. **O espírito da filosofia oriental.** São Paulo: Martin Claret, 2008.

- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 12ª ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: ____; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Delano de Jesus Silva. O sufismo na Índia Medieval. In: **Sacrilegens – Revista dos alunos do programa de pós-graduação em Ciência da Religião – UFJF**. Juiz de Fora, v.10, n.2, pp. 81-95, jul.-dez./2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/07/10-2-7.pdf>> Acesso em: 16/07/2021.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA, Romênia Oliveira de. **Por outros modos de perceber a pobreza**: Narrativas imagéticas de moradores do bairro Alto da Penha, em Crato-Ceará. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável). Juazeiro do Norte, CE: UFCA, 2014.
- SUZUKI, Daisetz Teitaro. **Uma introdução ao zen-budismo**. Trad. de Eloise de Vylder de *Na introduction to Zen Buddhism*. Apresentação de Monja Coen. São Paulo: Mantra, 2017.

